



RELATÓRIO ANUAL DA REDE FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO

do Programa Bolsa Família
e Cadastro Único



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



RELATÓRIO ANUAL DA REDE FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO

DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

Brasília, dezembro de 2025

CRÉDITOS

Secretaria-Geral da Presidência da República

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,

Família e Combate à Fome

Secretaria-Executiva - SE

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e
Cadastro Único - SAGICAD

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC

Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Controladoria-Geral da União

Advocacia-Geral da União

Projeto Gráfico e Diagramação

Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM/MDS)

Fotografias

Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM/MDS)

Departamento de Resolução de Auxílios Descontinuados e Apoio à Rede
Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único
(DARE/SE)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. A REDE FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO EM 2025	6
2.1 Plano de Ação	6
2.2 Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	7
2.3 Desenvolvimento e entrega das ações	14
3. EIXO PREVENÇÃO	14
3.1 Ação 1 – Organização das Missões Institucionais	14
3.2 Ação 2 – Consolidação da Unidade de Gestão de Riscos e Pesquisa Estratégica do Cadastro Único	15
4. EIXO FISCALIZAÇÃO	24
4.1 Ação 3 – Enfrentamento à Desinformação	26
4.2 Ação 4 – Alinhamento Estratégico do Controle e Fiscalização	29
5. EIXO QUALIFICAÇÃO	33
5.1 Ação 5 – Promoção de boas práticas de gestão e controle social no SUAS	33
5.2 Ação 6 – Fortalecimento da participação social nos programas usuários do CadÚnico e das condicionalidades do Programa Bolsa Família	36
6. GRUPOS TÉCNICOS	38
6.1 Grupo Técnico 1 - Redução de Litigiosidade	38
6.2 Grupo Técnico 2 - Orçamento, fiscalização e estruturação do SUAS	39
6.3 Grupo Técnico 3 - Aperfeiçoamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC	40
7. ATIVIDADES GERAIS DA RFBC	42
8. CONCLUSÃO	50
9. CATÁLOGO DE NOTÍCIAS	51
10. AGRADECIMENTOS	58



INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC), instituída pelo artigo 13 da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, e regulamentada pelo Decreto nº 11.762, de 30 de outubro de 2023, nasceu com o objetivo de coordenar estratégias para o aprimoramento e qualificação do Cadastro Único e o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização da gestão do Programa Bolsa Família, visando expandir o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social aos Programas Sociais do Governo Federal.

Esse esforço interministerial e intersetorial envolve distintos ministérios e secretarias estratégicas, conforme composição a seguir:

- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS): Secretaria-Executiva (SE), Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD);
- Advocacia-Geral da União (AGU);
- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR);
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);

O envolvimento de todas essas pastas ministeriais é consolidado com o efetivo engajamento de outros órgãos e entidades, como o Ministério do Planejamento e Orçamento, a Defensoria-Pública da União, a Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, os Tribunais de contas dos estados, o Conselho Nacional de Assistência Social, entre outros.

Soma-se a esse esforço um diálogo permanente, qualificado e comprometido com a sociedade civil nos territórios, assegurando a participação social como princípio orientador e fortalecendo a construção democrática das ações.

Seguindo os pressupostos da não criminalização da pobreza, da evolução dos cruzamentos de dados, de ações estruturantes para o combate a fraudes e

de estratégias para a estruturação do SUAS, foi estruturado um plano de ação para o ano de 2025, publicado por meio da [Portaria n° 1.066, de 18 março de 2025](#), observando o disposto no Artigo 10 do Decreto nº 11.762, de 30 de outubro de 2023 que prevê a elaboração de plano anual de atuação da Rede.

O ano de 2025 foi marcado por avanços significativos na atuação da RFBC, a partir do desenvolvimento de uma agenda que reafirma suas diretrizes, além de fomentar estratégias para o enfrentamento à desinformação, a participação social e o levantamento de boas práticas de gestão e controle social no SUAS.

Nesse sentido, este relatório, em atendimento ao disposto no § 2º do Decreto nº 11.762/23, apresenta um panorama das atividades realizadas, destacando as articulações realizadas e os resultados alcançados pela Rede Federal de Fiscalização no ano de 2025.

A REDE FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO EM 2025

○ PLANO DE AÇÃO

Em 2025, o Plano de Ação que orientou todas as iniciativas ao longo do ano, estruturou-se em três eixos:

- **Prevenção:** Atuar de forma antecipada na detecção de riscos;
- **Fiscalização:** Promover o alinhamento de procedimentos de monitoramento e de fiscalização;
- **Qualificação:** Promover a qualificação das bases de dados e da gestão descentralizada a partir do fortalecimento do controle social.

Além disso, o Plano se arquitetou a partir de seis ações estratégicas e três grupos técnicos, a saber:

Ação 1 - Organização das Missões Institucionais

Ação 2 - Consolidação da Unidade de Gestão de Riscos e Pesquisa Estratégica do Cadastro Único

Ação 3 - Enfrentamento à Desinformação

Ação 4 - Alinhamento Estratégico do Controle e Fiscalização

Ação 5 - Promoção de Boas Práticas de Gestão e Controle Social

Ação 6 - Fortalecimento da Participação Social

Grupo Técnico 1 - Redução de Litigiosidade

Grupo Técnico 2 - Orçamento, Fiscalização e Estruturação do SUAS

Grupo Técnico 3 - Aperfeiçoamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC

Por meio das Ações e dos Grupos Técnicos foram desenvolvidas uma série de atividades e o aprofundamento de temas específicos, além de estrategicamente sugerir e articular agendas que visam soluções estruturantes para os desafios da política social.

Neste ano, a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único realizou cinco reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária, consolidando espaços de diálogo e deliberação estratégica.

Com o intuito de organizar a agenda de trabalho da Rede, em fevereiro de 2025, foi publicada a [Resolução/RFBC nº 2](#), que aprova o calendário de reuniões ordinárias da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico (RFBC) para o ano.

Esses encontros foram fundamentais para acompanhar a execução do Plano de Ação, avaliar resultados, definir ajustes e articular iniciativas interinstitucionais voltadas à prevenção de fraudes, qualificação de dados e fortalecimento da participação social.

Além disso, foram realizadas o total de 75 reuniões para o desenvolvimento e apoio às ações previstas no Plano de Ação da RFBC.

○ REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIA

As reuniões ordinárias ocorreram nos meses de fevereiro, abril, julho, outubro e dezembro, abordando temas como alinhamento das ações de fiscalização, integração com órgãos de controle, lançamento de materiais técnicos e definição das missões institucionais.

Já a primeira reunião extraordinária, realizada em novembro, teve como foco a avaliação e monitoramento do plano de ação, além da apresentação do material de enfrentamento à desinformação e a organização da participação da RFBC na 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, com o lançamento dos materiais voltados à prevenção de desinformação dos trabalhadores do SUAS e beneficiários dos programas sociais, reforçando o compromisso com a comunicação social e transparência.

A seguir, apresenta-se um breve relato das principais deliberações e encaminhamentos realizados em cada reunião do colegiado, destacando os temas debatidos e os avanços obtidos ao longo do ano:

A **Primeira Reunião Ordinária** da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC) foi realizada no dia 4 de fevereiro, no auditório do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em Brasília.

Durante esse encontro, foi aprovado o Plano de Ação para o ano de 2025, um marco estratégico para o fortalecimento da governança e da integridade dos programas sociais, publicado no Diário Oficial da União por meio da [Portaria nº 1.066, de 18 março de 2025.](#)

O lançamento do Plano de Ação 2025 contou com a participação de diversas autoridades, servidores, pessoas e entidades atuantes na Assistência Social. O evento foi transmitido pelo *Youtube*, por meio desse [link](#) é possível assistir ao lançamento e as intervenções dos membros.





A **Segunda Reunião Ordinária**, realizada em 16 de abril, tratou do avanço das ações estratégicas da Rede, incluindo apresentações do Prontuário Eletrônico do SUAS, reuniões sobre protocolos de atendimento nos CRAS, orientações aos municípios e iniciativas de comunicação, como podcast e personagem institucional. Foram discutidos também o acompanhamento de relatórios da CGU, levantamentos da SNAS e da Caixa Econômica Federal, além da formação de comissões para avaliação de editais e preparação de relatórios técnicos. O encontro consolidou o planejamento e fortaleceu a integração entre órgãos federais, promovendo alinhamento das ações de fiscalização, monitoramento e comunicação no âmbito do SUAS, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.





Na **Terceira Reunião Ordinária**, realizada em 3 de julho, foram definidos encaminhamentos estratégicos para diversas iniciativas da Rede, incluindo a ampliação do Prêmio Simone Albuquerque para cinco categorias conforme o porte dos territórios, com a indicação de membros da Rede para compor a comissão avaliadora. Foi deliberada a realização da Missão Institucional no segundo semestre de 2025 exclusivamente no Distrito Federal. Também foram indicados representantes da Rede para participar dos encontros regionais do CONGEMAS, bem como a proposta da RFBC no Projeto Aprimora Rede+, e divulgada nota informativa sobre a adesão de 100% dos municípios ao termo do Bolsa Família na página da Rede no site do MDS.





Na **Quarta Reunião Ordinária**, realizada em 1º de outubro, foram discutidas as questões levantadas na Missão DF, os trabalhos recebidos na categoria da Rede do Prêmio Simone Albuquerque do Conselho Nacional de Assistência Social, além da proposta de resolução conjunta entre a RFBC e o CNAS acerca do Programa Aprimora Rede +.



Em 28 de novembro, ocorreu a **Primeira Reunião Extraordinária da Rede**. O colegiado se reuniu e tratou sobre a avaliação e monitoramento do Plano de Ação 2025, a atuação da Rede na 14ª Conferência Nacional de Assistência Social e apresentação das Cartilhas e Cartaz de Enfrentamento à Desinformação, voltados aos trabalhadores(as), gestores(as), usuários(as) do SUAS, lançada no evento.



A **Quinta Reunião Ordinária**, ocorrida em 16 de dezembro, teve como objetivo principal o encerramento das atividades do ano, a aprovação da ata da reunião extraordinária anterior, a apresentação do relatório anual e a definição das diretrizes para o Plano de Ação de 2026.

Durante a reunião, foi apresentado o Relatório Anual de 2025, que consolidou os avanços obtidos pela Rede. Entre os destaques, estão a realização de 36 atividades, incluindo missões institucionais em São Paulo e no Distrito Federal, que possibilitaram escuta qualificada de usuários e gestores, além da identificação de práticas ilícitas como a venda de senhas para acesso ao Cadastro Único.

Outro ponto relevante destacado na reunião foi a implantação da Coordenação Geral de Gestão de Risco na Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD). Também foram ressaltadas ações de enfrentamento à desinformação, como o lançamento das cartilhas educativas e a construção do site "Bolsa Família sem Fake News", além da ampliação de parcerias com órgãos de controle, como a assinatura do 1º Aditivo do ACT entre o MDS e a Associação dos Tribunais de Contas (ATRICON).

Na pauta de deliberações, foi aprovada a prospecção para o Plano de Ação para 2026, como foco nas condicionalidades do Programa Bolsa Família, na informação e transparência, no alinhamento institucional, na participação social e no fortalecimento da vigilância socioassistencial, além da estruturação de Grupo Técnico para tratar sobre a consolidação constitucional e orçamentária do SUAS, fomentando estratégias para o avanço da agenda da PEC 383/2017, que busca incluir o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na Constituição Federal, garantindo um percentual mínimo de 1% da Receita Corrente Líquida da União para seu financiamento, assegurando recursos fixos e a sustentabilidade dos serviços essenciais para a população brasileira.



DESENVOLVIMENTO E ENTREGAS DAS AÇÕES

A seguir, observa-se a descrição das atividades de cada ação e grupo técnico desenvolvidas no decorrer no ano.

EIXO PREVENÇÃO:

Esse eixo foi composto por duas ações estratégicas, com foco na antecipação de riscos e na criação de mecanismos para evitar fraudes e irregularidades, para assegurar a confiabilidade dos dados e a correta aplicação dos recursos públicos.

O) AÇÃO 1 - Organização das Missões Institucionais

A ação é coordenada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC/MDS e conta com o apoio de todas as instituições que compõem a RFBC. Seu objetivo é fortalecer a presença da Rede nos territórios, promovendo diálogos entre instituições e sociedade civil para orientar a correta aplicação do repasse dos recursos federais, a integridade dos dados e a adequada focalização do Bolsa Família e Cadastro Único.

Por meio dessa ação, foram aprovado pelo colegiado, os critérios para seleção de municípios e o protocolo das visitas da RFBC, que resulta na publicação da [Resolução/RFBC Nº 3](#) que orienta acerca dos critérios, diretrizes e procedimentos para a seleção de localidades e a execução das Missões Institucionais da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC).

Nesse sentido, para definição das missões institucionais da Rede Federal, deve-se observar os seguintes critérios:

- Ⓐ Diversidade Regional;
- Ⓑ Quantidade de inscritos no Cadastro Único do município;
- Ⓒ Relevância de denúncias de fraudes e irregularidades;
- Ⓓ Boas práticas de atuação do Controle Social e de gestão do SUAS;
- Ⓔ Porcentagem de execução dos recursos repassados pelo Governo Federal;

- **F** Índices de Gestão Descentralizada (IGD);
- **G** Índice de Vulnerabilidade das Famílias com Cadastro Único (IVCAD);
- **H** Índice de Desenvolvimento Humano do município (IDH);
- **I** Índice de Qualidade de Vida;

Nesse sentido, em observância aos critérios descritos acima, os(as) membros(as) da RFBC apresentaram sugestões de realizações de missões nas seguintes cidades: Brasília/DF, Pau Brasil/BA, Cabo de Santo Agostinho/PE, além dos estados do Maranhão e Roraima.

No âmbito desta ação, cabe mencionar a **devolutiva da Missão São Paulo**, em fevereiro do corrente ano, com o retorno das demandas apresentadas na missão ocorrida em 2024.

Para isso, no dia 19 de fevereiro, a Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e Cadastro Único se reuniu com gestões municipal e estadual, Conselhos de Assistência Social do estado e do município, movimentos sociais e representantes da sociedade civil de São Paulo, além de representantes da Defensoria Pública do estado de São Paulo e da Defensoria Pública da União.

A missão resultou na identificação de avanços, divididos em seis eixos principais:

Melhoria na Estrutura de Atendimento do Cadastro Único (CadÚnico)

- Implementação de um protocolo nacional de atendimento.
- Criação do Departamento de Promoção do Acesso a Programas Sociais.

Padronização dos Atendimentos na Rede Socioassistencial

- Lançamento do novo sistema do CadÚnico.
- Criação de uma aba no Observatório do Cadastro Único para monitoramento dos conselhos.
- Integração do prontuário eletrônico do SUAS ao CadÚnico.

Divulgação de Informação

- Produção de cartilhas informativas sobre o Programa Bolsa Família (PBF) e o CadÚnico.
- Campanhas para combater a desinformação e ampliar o conhecimento sobre os benefícios sociais.

Capacitação das Equipes e Conselheiros

- Cronograma de capacitação para conselheiros do CNAS.
- Parceria com o Ministério da Educação para profissionalização de entrevis-tadores do CadÚnico.

Estrutura Orçamentária

- Publicação de portarias para otimizar o uso do Índice de Gestão Descen-tralizada (IGD).
- Defesa da continuidade dos recursos do PROCAD-SUAS para estados e municípios.

Centralidade do CadÚnico em Políticas Públicas

- Fortalecimento das entidades de controle social relacionadas ao Cadas-tro Único.
- Criação do Departamento de Promoção do Acesso a Programas Sociais para monitoramento e ampliação do acesso aos benefícios.

A expectativa é que as medidas propostas tragam melhorias concretas para o acesso e a gestão dos programas sociais de São Paulo e em todo o país. Apesar dos avanços, alguns desafios ainda seguem em discussão pela Rede, como a precariedade orçamentária do SUAS que compromete a completude e efetivi-dade da Política Nacional de Assistência Social.





Em continuidade as atividades da ação, ficou decidido na Segunda Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de abril, que em 2025 o **Distrito Federal** será priorizado na intensificação dos diálogos interinstitucionais com a presença da RFBC no território.

Soma-se a esse cenário o recebimento do Ofício nº 415/2025-CDDHCLP, por meio do qual a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal apresentou relevantes apontamentos sobre a política de Assistência Social no Distrito Federal, com ênfase no Programa Bolsa Família e no Cadastro Único.

No intuito de colaborar com os apontamentos apresentados e promover os diálogos entre as instituições, no dia 30 de junho, ocorreu uma reunião entre membros da RFBC e representantes da referida Comissão, quando foi possível aprofundar as discussões e construir encaminhamentos conjuntos que fortaleçam a promoção dos direitos sociais no Distrito Federal.

Nessa direção, de junho a setembro foram promovidos encontros com os entes envolvidos na Política de Assistência Social do DF, além do Conselho de Assistência Social do DF, movimentos sociais, universidades, trabalhadores/as do SUAS, sindicatos, Tribunal de Contas do DF, Defensoria Pública do DF e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Os dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), demonstram que o Distrito Federal possui 411.907 famílias cadastradas no Cadastro Único, representando cerca de um terço da população. Destas, 46,5% vivem em situação de pobreza e 21,8% em baixa renda. Além disso, mais de 25 mil famílias pertencem a grupos vulneráveis, como pessoas em situação de rua, coletores de recicláveis, indígenas, quilombolas e povos de terreiro, o que reforça a necessidade de políticas específicas e interseccionais.

O Programa Bolsa Família atende 170.154 famílias em Brasília, beneficiando 464.918 pessoas. O valor médio do benefício é de R\$ 665,97, totalizando mais de R\$ 113 milhões repassados apenas em maio de 2025. As condicionalidades de saúde e educação apresentam altas taxas de cumprimento, acima de 90%, e o Índice de Gestão Descentralizada (IGD-M) alcançou 0,86, indicando boa performance na execução local. Apesar disso, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) enfrenta um déficit de servidores, operando com apenas 37% do quadro necessário.

Entre janeiro de 2023 e junho de 2025, foram registradas 1.018 manifestações na Ouvidoria, sendo 305 apenas no primeiro semestre de 2025, o que representa 30% do total do triênio. Os principais motivos das denúncias foram omissão de informações (38%) e divergência de renda (34%), com tempo médio de resposta de 3,73 dias.

Para enfrentar esses desafios, a RFBC estruturou um plano de ação para o DF, baseado na prevenção, fiscalização e qualificação. As propostas incluem intensificação da fiscalização cadastral, criação de núcleos especializados para apuração rápida, campanhas educativas sobre critérios do Bolsa Família e uso correto do Cadastro Único, fortalecimento da participação social e monitoramento de tendências com inteligência de dados, além de intensificar os diálogos entre a gestão e controle social para garantir a efetiva participação dos usuários(as) no Conselho de Assistência Social.

A missão da RFBC no DF marca um passo estratégico para transformar o modelo de controle social no Brasil, tornando-o preventivo, transparente e centrado no cidadão. O sucesso dessa iniciativa dependerá da cooperação entre União, estados, municípios e sociedade civil para construir um sistema de proteção social mais justo e inclusivo.

Para além disso, joga-se luz para as denúncias que versam acerca da venda de senhas para acesso aos Centros de Referência de Assistência Social do Distrito Federal (CRAS), que mobilizaram providências imediatas do colegiado da Rede, como o acionamento da Polícia Federal (PF) e da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia (PNDD/AGU).

Acerca dessa situação, foi encaminhado para as instituições citadas, relatório elaborado pela Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC), com evidências sobre as vendas ilegais de senhas para acesso aos serviços socioassistenciais no Distrito Federal.

A atividade resultou na [notificação à empresa Meta pela Advocacia-Geral da União \(AGU\)](#) e teve como desfecho a **remoção de perfis e conteúdo** de venda ilegal de senhas e agendamentos para acesso aos CRAS no Distrito Federal pela empresa Meta.





AÇÃO 2 - Consolidação da Unidade de Gestão de Riscos e Pesquisa Estratégica do Cadastro Único

A ação 2 busca implementar as estratégias de prevenção, detecção precoce e mitigação de fraudes. Sob a coordenação da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS) e com o apoio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria-Executiva (SE/MDS), foi instituída em 2024 a **Unidade de Gestão de Risco do Cadastro Único, no âmbito da SAGICAD**.

O objetivo é consolidar diretrizes para a gestão de riscos e fiscalização, com foco na prevenção, detecção precoce e mitigação de irregularidades e fraudes, além de aprimorar os processos de qualificação e confiabilidade dos dados.

A unidade tem um papel fundamental para garantir o tratamento de suspeitas de fraudes no Cadastro e para contribuir com a efetivação dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, respeitando o princípio da não criminalização da pobreza.

Para tanto, em 24 de março de 2025, foi publicada a [Instrução Normativa nº 1/ SAGICAD/MDS](#), que estabelece procedimentos para gestão de riscos, prevenção e tratamento de suspeitas de fraudes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

A normativa estabelece estratégias claras para o enfrentamento de fraudes, definindo de forma objetiva as responsabilidades dos gestores estaduais e municipais. Com essa medida, o governo federal aprimora os processos de gestão de riscos, prevenção e tratamento de fraudes, além de proporcionar respostas mais precisas e detalhadas aos denunciantes.

A instrução normativa tipifica fraudes da seguinte forma:

1 – Fraude cibernética:

Em caso de suspeitas de fraude cibernética, são estipuladas medidas contínuas de monitoramento e identificação de indícios de fraude e medidas de verificação documental.

2 – Fraude cometida por agentes públicos:

Em caso de suspeitas de fraude cometida por agente público, são necessárias medidas contínuas de monitoramento e identificação de indícios de fraude, avaliação da conduta de agentes públicos nas atividades de identificação e entrevista das famílias, de preenchimento dos formulários de cadastramento e de inclusão, exclusão e atualização cadastral e instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar com o fim de apurar a incidência de dolo e má-fé na conduta do agente em suspeição, de determinar a materialidade do fato e de especificar a extensão do dano (inclusive o eventual pagamento indevido de benefícios sociais).

3 - Fraude cometida por cidadãos:

Para suspeitas de fraude cometida por cidadão, medidas contínuas de monitoramento e identificação de indícios de fraude e instauração de processo administrativo, conforme regras do art.º 35 da Portaria MC nº 810/ 2022, com garantia do contraditório e da ampla defesa, com o fim de constatar a situação familiar e aferir ocorrência de omissão ou prestação de informações inverídicas com indicação dos elementos constitutivos de dolo e má-fé.

Procedimentos estabelecidos:

A instrução normativa detalha uma série de procedimentos que devem ser seguidos para identificar, avaliar e mitigar riscos associados ao Cadastro Único. Esses procedimentos incluem:

- **Gestão de Riscos:** Implementação de práticas sistemáticas para identificar e avaliar riscos, com o objetivo de prevenir fraudes e garantir a precisão dos dados cadastrados.
- **Prevenção de Fraudes:** Adoção de medidas preventivas para evitar a ocorrência de fraudes, incluindo a verificação periódica dos dados e a utilização de tecnologias avançadas para monitoramento e análise.
- **Tratamento de Suspeitas de Fraudes:** Definição de processos claros para investigar e tratar suspeitas de fraudes, garantindo que todas as irregularidades sejam devidamente apuradas e corrigidas.

A Instrução Normativa reforça a importância da capacitação permanente dos gestores e técnicos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), prevendo ações formativas como lives, guias práticos e oficinas temáticas. Essa medida

não apenas fortalece a governança preventiva, mas também contribui para a transparência e a confiança pública nos programas sociais, consolidando o Eixo Prevenção como um dos pilares estratégicos da Rede Federal de Fiscalização.

Os estados e Municípios participaram de **capacitação sobre a Instrução Normativa** por meio de **lives temáticas na programação do “Cadastro em Movimento”**, que abordaram os principais pontos da normativa, como os fluxos para apuração de denúncias, procedimentos para correção de inconsistências cadastrais e estratégias para integração com órgãos de controle. As transmissões foram planejadas para alcançar um público amplo, permitindo interação e esclarecimento de dúvidas em tempo real, e já conta com mais de 1.500 acessos na plataforma.

Além das *lives*, foram elaborados materiais, como: Modelo de Relatório Circunstanciado; Perguntas & Respostas: IN SAGICAD/MDS nº 1/2025; Guia prático: O que fazer com suspeitas de fraudes no Cadastro Único e uma Ferramenta para controle de suspeitas de fraudes, que colaboram para a aplicação da normativa no dia a dia das gestões municipais e estaduais. Esses materiais servem como referência para os profissionais, garantindo padronização e segurança nos processos.

A capacitação foi uma etapa essencial para garantir que os gestores e técnicos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) compreendessem e aplicassem corretamente os novos protocolos de gestão de riscos e prevenção de fraudes no Cadastro Único.

A RFBC tem como prioridade buscar garantir a integridade e a eficácia dos programas sociais, como o Bolsa Família e o Cadastro Único, e para a prevenção de fraudes atua em diversas frentes dentro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Nessa direção, a **articulação com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)** para fomentar a **inclusão do MDS do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)**, foi formalizada por meio do Ofício nº 3158/2025/MDS/SE, manifestando interesse em compor o Sisbin conforme previsto na Lei nº 9.883/1999 e no Decreto nº 11.693/2023.

O impacto esperado com a inclusão do MDS no SISBIN é o acesso a informações estratégicas e integração com órgãos de inteligência, ampliando a capacidade de resposta contra fraudes e ameaças cibernéticas. Essa medida reforça a governança preventiva e a proteção dos programas sociais, alinhando-se

ao objetivo central da RFBC de garantir transparência e segurança na gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família, além de outras iniciativas que contam com assessoramento da agência de inteligência.

Nessa perspectiva, em parceria com a ABIN, a RFBC promoveu uma **Oficina sobre o Programa Nacional de Proteção e Conhecimento Sensível (PNPC)**, e ainda duas palestras, direcionada aos membros da Rede e aos servidores do MDS.

Foram promovidas, capacitações relacionadas à temas como: sensibilização; proteção de conhecimentos sensíveis; sensibilização para gestores, e redes sociais; práticas de segurança e engenharia social. Ao todo, 126 profissionais das secretarias do MDS foram capacitados sobre segurança da informação, gestão de riscos e medidas preventivas para evitar vazamentos ou uso indevido de dados estratégicos.

Essa iniciativa reforça o compromisso da RFBC e do MDS com a proteção de informações sensíveis e a promoção de uma gestão pública mais segura e eficiente.

Ainda nesta ação, cabe destacar a **atuação junto com a Dataprev**, com o objetivo viabilizar o Serviço de Análise de Risco do Cadastro Único, utilizando tecnologia avançada para identificar inconsistências cadastrais e padrões suspeitos que possam indicar fraudes. A parceria com a Dataprev permite integrar bases de dados, aplicar algoritmos de inteligência artificial e gerar relatórios analíticos para apoiar decisões estratégicas. Essa ferramenta é essencial para garantir maior segurança e confiabilidade das informações, prevenindo irregularidades antes que elas impactem os programas sociais.

Outro marco que consolida a **Coordenação-Geral de Gestão de Risco do Cadastro Único**, foi a criação do **Painel de Controle**, que reúne e centraliza indicadores e análises relacionadas as diligências realizadas pela Coordenação. Ele oferece visualização em tempo real de dados, evolução de diligências e denúncias e monitoramento das ações corretivas. Essa solução tecnológica é um passo importante para modernizar a governança do Cadastro Único e fortalecer a atuação preventiva da Coordenação.



EIXO FISCALIZAÇÃO:

Voltado para o alinhamento de procedimentos e fortalecimento das ações de monitoramento, sem criminalizar a pobreza, garantindo que os processos sejam transparentes e eficientes.

O) AÇÃO 3 - Enfrentamento à Desinformação

A ação 3 é coordenada pela Advocacia-Geral da União (AGU) e conta com o apoio de todas as instituições que compõem a RFBC, especialmente as assessorias de comunicação dos ministérios e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM /PR).

É uma iniciativa estratégica para garantir que informações corretas sobre o Bolsa Família e o Cadastro Único cheguem à população, evitando que a desinformação propagada por meio de *fake news* comprometam a credibilidade e o acesso aos benefícios.

Para colaborar com essa estratégia impulsionada pela RFBC, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, por meio do Comitê de Enfrentamento da Desinformação sobre o Programa Nacional de Imunizações e outras Políticas de Saúde Pública, instituído pelo Decreto nº 11.753/2023, promoveu a **capacitação “Fortalecendo a Resiliência Institucional contra a Desinformação: Capacitação e Estratégias para as CONJUR e ASCOM”**, voltada às Consultorias Jurídicas e Assessorias de Comunicação dos Ministérios do Governo Federal.

Entre janeiro e dezembro de 2025, foram realizadas reuniões para colaborar com as estratégias de monitoramento de indícios de desinformação, o fluxo com a AGU para acionar medidas legais quando necessário. Paralelamente, avançou-se na formalização do **Comitê Interministerial de Enfrentamento à Desinformação**, envolvendo órgãos como MDS, SECOM, MCTI, CGU e AGU, com foco na definição de estratégias integradas.

As ações incluíram um **estudo sobre narrativas de desinformação**, desenvolvido em parceria com a Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD), e a criação do **site “Bolsa Família sem Fake News”**, destinado a divulgar informações seguras e desmentir boatos.

Também foram produzidos **materiais informativos**, como cartilhas e cartazes, distribuídos aos profissionais e beneficiários do SUAS para atuarem como

multiplicadores nos municípios, peças fundamentais os trabalhadores/as. Confira o material:

Cartaz: [Desinformação no Bolsa Família e no Cadastro Único: não caia nessa!](#)

Cartilha: [Beneficiário - SUAS contra desinformação](#)

Cartilha: [Trabalhadores - SUAS contra desinformação](#)

Por fim, foram estabelecidos **fluxos formais para notificações extrajudiciais com a PNDD/AGU**, garantindo respaldo jurídico contra a disseminação de *fake news*. A ação consolidou a articulação interministerial e integrou plataformas digitais para assegurar a divulgação de informações corretas, contribuindo para a proteção e credibilidade dos programas sociais ao longo de 2025.







AÇÃO 4 - Alinhamento Estratégico do Controle e da Fiscalização

A ação 4 tem como objetivo fortalecer a cooperação com órgãos de controle e fiscalização, aprimorando auditorias e a gestão de irregularidades nas políticas de desenvolvimento social. Coordenada pela Controladoria-Geral da União (CGU), com apoio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS) e da Advocacia-Geral da União (AGU), a ação busca garantir maior integridade e transparência na administração pública.

Consolidando a cooperação entre os órgãos, a Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou ao Colegiado da RFBC e ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), dois **relatórios que avaliam aspectos cruciais do sistema de proteção social brasileiro**.

Os estudos integram as ações do programa "CGU Presente", que promove visitas técnicas e contato direto com gestores e usuários nos municípios e estados, com foco na qualificação das políticas públicas.

O primeiro relatório trouxe uma avaliação sobre o **funcionamento dos Conselhos de Assistência Social (CAS)**, tanto estaduais quanto municipais, responsáveis pelo controle social da política pública de assistência. O levantamento, que abrangeu 25 estados, o Distrito Federal e 69 municípios, incluiu 384 entrevistas com conselheiros e 95 com gestores locais.

O segundo relatório apresentado pela CGU abordou a **gestão e operacionalização das condicionalidades do Bolsa Família nas áreas de saúde e educação**, exigências legais para que as famílias permaneçam no programa. A análise, realizada em 2024, envolveu entrevistas em todos os estados, no Distrito Federal e em 57 municípios. Foram ouvidos gestores, técnicos, conselheiros e beneficiários.

Embora tenham sido observados progressos, ainda existem desafios que exigem articulação entre órgãos e criatividade na formulação de estratégias. Essa experiência reafirma a importância da Rede como espaço de cooperação técnica e troca de práticas voltadas à qualificação da gestão e ao fortalecimento do controle social.



Sob a coordenação da Controladoria-Geral da União (CGU), foi realizada uma **nova rodada de avaliação dos procedimentos de inclusão e de averiguação cadastral de famílias com um integrante (famílias unipessoais) no Cadastro Único**, atendendo à demanda da área técnica responsável pelo Cadastro. O relatório preliminar já foi concluído, estando a versão final em fase de publicação até o encerramento do ano.

A repetição do estudo, anteriormente realizado em 2023, possibilita comparar avanços e evidenciar pontos críticos que demonstrem a necessidade de soluções inovadoras para superar gargalos.

O trabalho da CGU é fundamental para subsidiar a adoção de medidas para o aprimoramento da efetividade da política pública do Cadastro Único, no que se refere à sua qualificação, em especial em relação às famílias unipessoais.

Essa iniciativa conta com o apoio da Rede e demonstra seu compromisso com a integridade cadastral para a adequada qualificação do CadÚnico e a consequente focalização dos programas sociais.

No âmbito desta ação, também foram realizadas tratativas para ampliar o Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica entre o MDS e a ATRICON, visando o intercâmbio de dados e informações sobre o Cadastro Único (CadÚnico).

Nesse sentido, a RFBC propôs a inclusão de novas metas no Acordo, como:

- 1** Contribuir com a fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico junto aos conselhos municipais, com base nos planos de fiscalização elaborados por estes;
- 2** Colaborar com a fiscalização nos municípios críticos, considerando denúncias recebidas e encaminhadas pelo MDS, por meio da notificação das gestões municipais e acompanhamento das ações.

A assinatura do 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação MDS/ATRICON N° 1/2024 aconteceu durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, realizado em Florianópolis, no dia 3 de dezembro.

A expectativa é que os Tribunais de Contas fortaleçam o trabalho dos Conselhos de Assistência Social enquanto instâncias de participação e controle social do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único e colaborem no acompanhamento dos municípios críticos em número de denúncias.



Em 21 de janeiro, ocorreu a primeira reunião técnica com pontos focais dos Tribunais de Contas que aderiram ao Acordo, promovida pela SAGICAD/MDS em colaboração com a RFBC, em formato virtual. Esses encontros tiveram como objetivo harmonizar entendimentos e compartilhar diretrizes sobre a operacionalização do CadÚnico, contribuindo para aprimorar as atividades de fiscalização.



Em estreito diálogo com as Unidades de Informações Estratégicas dos Tribunais de Contas, em dezembro, a RFBC participou da programação do Encontro Técnico da Rede InfoContas, por meio da Diretoria de Operação do Cadastro Único e da Diretoria de Apoio a Rede, apresentando os avanços da interoperabilidade do CadÚnico.



Por fim, registraram-se progressos nas tratativas com a Polícia Federal para a criação de um grupo de trabalho interinstitucional voltado à prevenção e repressão de fraudes relacionadas às políticas de desenvolvimento social.



Essas entregas consolidaram a articulação entre órgãos e promoveram diálogos para ações integradas de controle e fiscalização e a construção de estratégias coordenadas e territorializadas, garantindo maior alinhamento estratégico e contribuindo para a integridade e transparência do CadÚnico e do Programa Bolsa Família ao longo de 2025.

EIXO QUALIFICAÇÃO:

Direcionado à melhoria contínua das bases de dados, da gestão descentralizada e do controle social, promovendo capacitação e participação popular como pilares da governança democrática.



AÇÃO 5 - Promoção de Boas Práticas de Gestão e Controle Social

A ação 5 está sob a coordenação da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS), conta com o apoio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), da Controladoria-Geral da União (CGU), e da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/ PR) e tem o objetivo de divulgar e incentivar a adoção de práticas eficientes para aprimorar a gestão e a fiscalização dos programas sociais.

Seu objetivo é incentivar práticas inovadoras e fortalecer a articulação entre gestão local e controle social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente relacionadas ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único.

No primeiro semestre, foi alcançada a **adesão de 100% dos municípios e estados ao termo do PBF e do CadÚnico**, além de propor diretrizes para a construção **do plano de fiscalização junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)**, garantindo maior alinhamento das ações de monitoramento pelo controle social.

Como destaque, foi instituída a **Categoria VII do Prêmio Simone Albuquerque** promovida pelo CNAS. Essa categoria reconheceu **experiências de articulação entre gestão local e conselhos de assistência social para acompanhamento, aprimoramento e fiscalização da garantia do direito à segurança de renda e aos programas sociais do governo federal**. Após análise técnica da equipe de apoio da RFBC, **quatro propostas foram aprovadas**, representando

municípios de diferentes portes e regiões do país (Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste), qualificando a socialização de boas práticas.

As experiências selecionadas foram:

- ① Autoria: Cristina Michelle Pinheiro de Souza Alcântara. Título: **Ferramenta municipal de apoio às famílias e gestão do SUAS**. Estado/Município: Pi-quet Carneiro/CE (município de pequeno porte 1);
- ② Autoria: Izaura Gomes do Nascimento de Oliveira. Título: **Semana do SUAS: O SUAS que queremos em Quixadá/CE**. Estado/Município: Quixadá/CE (município de médio porte);
- ③ Autoria: Odete Josiane Almada de Souza. Título: **Caminhando com o Cadastral Único: a busca ativa e as experiências em Rio Brilhante/MS**. Esta-
do/Município: Rio Brilhante/MS (município de pequeno porte II);
- ④ Autoria: Sirleia Moreira Tavares. Título: **Porta a porta: um programa para conhecer, incluir e proteger - ações estratégicas intersetoriais**. Estado/
Município: Divinópolis/MG (município de grande porte).

As premiações ocorreram durante a 14^a Conferência Nacional de Assistência Social, no dia 08 de dezembro, além de reunião e compartilhamento de experiências com o grupo de premiadas(os).



Além disso, durante esse ano, a RFBC se reuniu com a Dra. **Aldaiza Sposati**, referência na área, para aprofundar discussões sobre o Plano de Ação, reforçando o compromisso com a melhoria contínua da gestão e do controle social.





AÇÃO 6 - FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS PROGRAMAS USUÁRIOS DO CADÚNICO E DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Esta ação busca fortalecer o envolvimento das entidades de controle social, aprimorando as informações e a gestão dos programas. Para isso, contamos com a liderança da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) com o apoio da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD/MDS), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS) e da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD/MDS).

Durante 2025, O MDS participou de **oito seminários estaduais** (MG, BA, PE, PI, ES, MS, RJ e AC) com foco na intersetorialidade do Programa Bolsa Família, promovendo debates sobre condicionalidades e articulação com as áreas de saúde e educação.

E ainda, o lançamento do Bolsa Família em Ação, que reúne um conjunto de ações estratégicas, como lives temáticas, seminários estaduais e o [**portal Bolsa Família em Ação**](#). Esse ambiente virtual foi desenvolvido especialmente para gestoras e gestores do programa, oferecendo informações organizadas em botões temáticos de fácil acesso, além de cursos de Ensino a Distância (EAD), publicações, legislações e indicadores atualizados.

A Rede Federal de Fiscalização também apresentou sua atuação no **Fórum Interconselhos**, reforçando a importância da governança participativa.





Outro marco foi o **lançamento da Chamada Pública CNPq/MDS nº 17/2025 para** Extensão e Pesquisa em Participação Social nos Territórios. A Linha 3 prevê Projetos de extensão em participação social para subsidiar o Programa de Fortalecimento, Participação Social e Garantia de Direitos na Assistência Social – Aprimora Rede+.

Na linha 3 do edital, propomos o **Eixo de Apoio ao Controle Social e Garantia de Direitos** que tem por finalidade promover o fortalecimento técnico e institucional dos Conselhos de Assistência Social, bem como incentivar o engajamento dos movimentos sociais e coletivos populares, assegurando a territorialização, a transparência e a efetividade das ações de fiscalização, em articulação com a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC).

Além disso, foi elaborada e apresentada ao Conselho Nacional de Assistência Social a minuta da **Resolução Conjunta RFBC/CNAS – Aprimora Rede+**, cuja pauta está prevista para fevereiro de 2026.

A ação também promoveu **diálogo ampliado com o Conselho de Participação Social e organizações da sociedade civil**, além de participar ativamente de **oficinas temáticas de escuta ativa** sobre condicionalidades do PBF e direitos socioassistenciais, garantindo que as vozes dos usuários e dos conselhos locais fossem incorporadas às estratégias de aprimoramento das políticas sociais.

GRUPOS TÉCNICOS

○ Grupo Técnico 1 - Redução de Litigiosidade

O **Grupo Técnico** tem como objetivo consolidar uma mesa permanente de diálogo e negociação para reduzir prazos e prevenir demandas passíveis de judicialização, promovendo soluções consensuais e garantindo maior efetividade na proteção social. Coordenado pela Advocacia-Geral da União (AGU), com apoio da Consultoria Jurídica do MDS (CONJUR/MDS) e da Defensoria Pública da União (DPU), o GT atua na construção de acordos que assegurem direitos e diminuam a litigiosidade.

Em 2025, a primeira pauta tratou da **Ação Civil Pública proposta pela DPU em Mato Grosso do Sul**, que buscava incluir o **Registro Nacional Migratório (RNM)** entre os documentos aceitos pela União e pelo INSS para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em maio, as instituições reuniram-se para avaliar a viabilidade técnica, jurídica e operacional da proposta, visando garantir o direito ao BPC para pessoas migrantes e contribuir para a desjudicialização e ampliação do acesso equitativo às políticas públicas.

Como resultado, foi homologado o **Acordo MDS/INSS/DPU nº 3/2025**, que estabeleceu a possibilidade de uso do documento físico, original ou digitalizado, da Carteira de Registro Nacional Migratório (para migrantes residentes) e do Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (para solicitantes de refúgio) na análise do BPC. O acordo representa um avanço na efetivação dos direitos de cidadania e segue com expectativa de assinatura definitiva em janeiro de 2026, consolidando a aceitação do RNM para concessão do benefício.



O Grupo Técnico 2 - Orçamento Fiscalização e Estruturação do SUAS

O **Grupo Técnico** é coordenado pela **Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS)**, por meio da Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), e tem como objetivo ampliar estratégias para impulsionar investimentos e fortalecer a estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em 2025, o GT concentrou esforços na elaboração de estudos técnicos e jurídicos para garantir maior estabilidade orçamentária e sustentabilidade das políticas socioassistenciais.

Entre as principais entregas, destacam-se duas **Notas Técnicas estratégicas**:

- 1 Nota Técnica sobre os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)** na implementação do SUAS, apontando entraves como a classificação das transferências da União como "voluntárias" e a inclusão das despesas com pessoal das equipes de referência nos limites da LRF. O documento recomenda alterações legislativas para reclassificar as transferências ao SUAS como obrigatórias, equiparando-as ao tratamento dado ao SUS, e excluir as despesas com pessoal custeadas por recursos federais do cálculo dos limites fiscais. Essas mudanças visam garantir maior previsibilidade, reduzir a precarização das equipes e assegurar a continuidade dos serviços essenciais.
- 2 Nota Técnica sobre a recomposição do orçamento do SUAS**, fundamentada em parâmetros aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O estudo evidencia o grave cenário de subfinanciamento, com déficits que comprometem a manutenção de serviços como Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Programa Primeira Infância no SUAS e ações de gestão e vigilância socioassistencial. A proposta reforça que a recomposição não implica aumento de despesas, mas sim a recuperação de valores pactuados, garantindo a continuidade do cofinanciamento federal e evitando a interrupção de atendimentos a milhões de famílias em situação de vulnerabilidade.

Essas iniciativas representam um avanço na defesa da assistência social como política pública essencial e que necessita de recursos estáveis, reconhecendo sua natureza obrigatória. As discussões realizadas no âmbito do GT 2 reforçam que investir no SUAS é investir na proteção social, na redução das desigualdades e na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal.



○ Grupo Técnico 3 - Aperfeiçoamento do BPC

O **Grupo Técnico** tem como objetivo aprimorar a gestão e os fluxos relacionados ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantindo maior eficiência, transparência e integração com outras políticas sociais. Em 2025, o GT realizou **oito reuniões temáticas** para tratar dos principais pontos do Plano de Trabalho da Casa Civil, incluindo: canais de entrada e atendimento, estrutura e orçamento, fluxos de acesso, concessão, manutenção e revisão do benefício, integração ao SUAS, acompanhamento do BPC na escola, além de estratégias para enfrentar a judicialização e a advocacia predatória.

Como resultado dessas discussões, será publicado um **relatório com medidas para o aperfeiçoamento do BPC**, consolidando propostas para reduzir entraves operacionais e ampliar o acesso ao benefício.

Além disso, foram editadas importantes normas regulatórias no decorrer do ano:

- **Decreto nº 12.534, de 25/07/2025**, que alterou regras do BPC e do Cadastro Único, com foco na modernização dos processos e na integração entre sistemas. A medida busca simplificar fluxos de concessão e manutenção do benefício, garantindo maior eficiência e segurança na gestão dos dados dos beneficiários.
- **Decreto nº 12.628, de 17/09/2025**, que criou a Secretaria Nacional de Benefícios Assistenciais, uma estrutura dedicada à gestão do BPC e de outros benefícios socioassistenciais. A criação da secretaria representa um avanço institucional, pois centraliza a governança, fortalece a capacidade técnica e assegura maior articulação com o SUAS e demais políticas sociais.

- **Portaria Conjunta MDS/MPS/INSS nº 33, de 05/08/2025**, estabelecendo diretrizes para a reavaliação biopsicossocial, garantindo maior rigor técnico e padronização nos processos de análise de elegibilidade. A medida contribui para reduzir inconsistências, prevenir judicialização e assegurar que o benefício seja concedido com base em critérios claros e justos.
- **Acordo extrajudicial entre o MDS/DPU/INSS**, que autorizou o uso do Registro Nacional Migratório (RNM) como alternativa à validação biométrica, garantindo acesso ao benefício para migrantes e solicitantes de refúgio. Essa iniciativa reforça o compromisso com a inclusão social e a efetivação de direitos, além de reduzir barreiras burocráticas.

Essas ações representam avanços significativos na modernização do BPC, promovendo maior integração com o SUAS, redução da judicialização e fortalecimento da governança interinstitucional, assegurando direitos e ampliando a proteção social.



ATIVIDADES GERAIS DA RFBC

Em março, a RFBC foi apresentada aos participantes do **Seminário de Formação e Acolhida de Gestoras(es) Municipais da Assistência Social na Região Sul**, no painel 7 que tratou sobre o "Programa Bolsa Família: desenho intersetorial e condicionalidades, gestão local na operação do IGD PBF e orientações da Rede Federal de Fiscalização". O evento ocorreu de 19 a 21 de março e contou com a participação de representantes das Secretarias do MDS.



Outra importante articulação foi a participação da Rede no **Encontro de Prefeitos e Prefeitas do Maranhão**, em São Luís, no dia 24 de abril, onde foi promovida a oficina "O Programa Bolsa Família no combate à fome e a pobreza e os mecanismos de qualificação e fiscalização da gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único", que contou com apresentações da SENARC, da SAGICAD e da Coordenação da RFBC, além de reunião com a gestão local do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.



Também tivemos representação ativa nos encontros regionais e nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS);

No decorrer desse ano, também participamos dos Seminários Bolsa Família em Ação realizados nos estados do Rio Grande do Sul, Maranhão, Roraima, Bahia e Ceará.



Em novembro, a coordenação da RFBC contribuiu com o diálogo realizado no âmbito da Rede Conjunta de Altos Funcionários de Orçamento e Política Social da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para apresentação do trabalho da RFBC, especialmente do GT 2, de orçamento e estruturação do Sistema Único de Assistência Social.

Ademais, no decorrer do ano, a RFBC contribui com as discussões acerca das Bets e o Programa Bolsa Família, promovendo diálogos com o Banco Central (BACEN), participando de audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal, e no acompanhamento dos diálogos com o TCU, que em citação na notificação do ACÓRDÃO N° 2528/2025 – TCU – Plenário, considera as fragilidades do estudo do BACEN, indicando que não são suficientes para avaliar a fidedignidade do comprometimento de recursos do PBF em apostas *on-line* cuja renda se comprometeu com tal gasto, acatando o argumento sustentado pela Rede Federal de Fiscalização.

As ações gerais descritas aqui, apresentam uma variedade de atuação, características que compõem a assistência social brasileira, especialmente o CadÚnico e o Programa Bolsa Família, além de promover escutas e encaminhar as demandas dos territórios em articulação com o Governo Federal e como de outros parceiros institucionais, para que deem as devolutivas e os resultados de suas competências aos entes federados e a toda sociedade.

DESTAQUES DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2025

Devolutiva da Missão São Paulo:

A missão em São Paulo consolidou ações estratégicas para qualificar dados, ampliar a transparência e fortalecer a participação social, com avanços como implantação do novo Sistema do Cadastro Único, campanhas nacionais, capacitações e profissionalização dos entrevistadores(as) e conselheiros(as) de Assistência Social.

Missão Institucional no Distrito Federal:

Com a escuta ativa dos segmentos que compõem a Política de Assistência Social do território foi possível apurar fragilidades na execução da Política e identificar problemas como falta de unidades e servidores, terceirização, e denúncias relacionadas a venda ilegal de senhas e dificuldades de acesso aos serviços.

Remoção e bloqueio de conteúdos, grupos e contas/perfis de venda de senha para acesso ao SUAS no DF:

A RFBC encaminhou relatório com evidências sobre a venda ilegal de senhas para acesso a serviços socioassistenciais no Distrito Federal. Como resultado, a Advocacia-Geral da União (AGU) notificou a empresa Meta, que removeu perfis e conteúdos relacionados à comercialização irregular de senhas e agendamentos para atendimento nos CRAS.

Mapeamento de territórios para possíveis missões institucionais:

Realização do mapeamento estratégico de municípios para orientar futuras missões institucionais, identificando territórios com desafios operacionais, necessidade de fortalecimento da rede socioassistencial e boas práticas, visando subsidiar ações para melhorar a gestão do Cadastro Único, do Bolsa Família e do SUAS, com foco na transparência e prevenção de irregularidades.

Resolução que estabelece os critérios, diretrizes e procedimentos para a seleção de localidades e a execução das Missões Institucionais da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (RFBC):

Aprovação da **Resolução nº 3, de 29 de dezembro de 2025**, que define parâmetros para seleção de localidades e execução das Missões Institucionais da RFBC, estabelecendo princípios como legalidade, eficiência, transparência e participação social. O documento orienta critérios de escolha, incluindo diversidade regional, número de famílias cadastradas, relevância de denúncias, boas práticas e indicadores sociais, além de disciplinar etapas como planejamento, composição das equipes e elaboração de relatórios técnicos, garantindo segurança jurídica e padronização das ações.

Articulação para inclusão do MDS no SISBIN:

O MDS formalizou, por meio do Ofício nº 3158/2025/MDS/SE, sua solicitação de adesão ao **Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)**, manifestando interesse em integrar o sistema conforme a Lei nº 9.883/1999 e o Decreto nº 11.693/2023. A inclusão permitirá acesso a informações estratégicas e integração com órgãos de inteligência, ampliando a capacidade de prevenção e resposta a fraudes, ameaças cibernéticas e outras vulnerabilidades.

Contrato com a Dataprev para o Serviço de Análise de Risco do CadÚnico:

Foi firmado contrato com a Dataprev para a prestação do Serviço de Análise de Risco do Cadastro Único, com o objetivo de aprimorar os mecanismos de prevenção e detecção de inconsistências e fraudes nos registros.

Criação do Painel de controle da Coordenação-Geral de Gestão de Risco:

O painel oferece visualização em tempo real de dados, evolução das diligências e denúncias, além do monitoramento das ações corretivas implementadas, representando um avanço significativo na modernização da governança do Cadastro Único, fortalecendo a atuação preventiva e a capacidade de resposta frente a inconsistências, fraudes e vulnerabilidades, garantindo maior transparência e eficiência na gestão das informações sociais.

Participação Seminários estaduais sobre a intersetorialidades do PBF:

Em 2025, o MDS participou de **oito seminários estaduais** (MG, BA, PE, PI, ES, MS, RJ e AC) para promover a intersetorialidade do Programa Bolsa Família, com debates sobre condicionalidades e articulação com as áreas de saúde e educação.

Novo Cadastro Único - Implantação do Sistema de Gerenciamento de Identidade e Acesso – GERID

Como parte da modernização do Novo Cadastro Único, foi implantado o GERID, que centraliza o controle de credenciais, perfis e permissões, garantindo acesso seguro e auditável aos dados. A solução reforça a segurança, previne fraudes e assegura conformidade com normas de proteção de dados, além de integrar-se a outras plataformas governamentais, consolidando um ambiente mais robusto e transparente para a gestão do Cadastro Único.

Integração do SIBEC com o Novo Cadastro Único:

A integração do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC) com o Novo Cadastro Único trouxe maior interoperabilidade entre as plataformas, permitindo atualização automática de dados, validação em tempo real e redução de inconsistências. A medida aumenta a eficiência operacional, a segurança das informações e a transparência na gestão dos benefícios, além de fortalecer mecanismos de controle e auditoria para prevenção de fraudes e melhoria da experiência do usuário.

Tratativas para o Comitê Interministerial:

Avançou-se na formalização da institucionalização do **Comitê Interministerial de Enfrentamento à Desinformação**, que reúne MDS, SECOM e CGU, com o objetivo de definir estratégias integradas para prevenir e mitigar a disseminação de informações falsas, especialmente aquelas que afetam políticas sociais e a credibilidade das ações governamentais.

Estudo com o levantamento sobre as narrativas de disseminação de desinformação sobre o Programa Bolsa Família:

Em parceria com a Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD), foi desenvolvido um estudo aprofundado sobre as principais narrativas de desinformação que impactam as políticas sociais, com foco na identificação de padrões, canais de disseminação e estratégias para mitigação.

Tratativas para a construção do Site “Bolsa Família sem Fake News”:

Foi criado a proposta do site **“Bolsa Família sem Fake News”**, destinado a divulgar informações seguras, esclarecer dúvidas e desmentir boatos relacionados ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único.

Cartaz e Cartilhas de Enfrentamento à Desinformação no SUAS:

Foram elaborados e distribuídos materiais informativos aos profissionais, gestores(as), beneficiários(as) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Conselheiros de Assistência Social, com o objetivo de combater a desinformação e promover informações seguras sobre o Bolsa Família e o Cadastro Único. Entre os materiais, destacam-se o cartaz "Desinformação no Bolsa Família e no Cadastro Único: não caia nessa!" e as cartilhas "SUAS contra desinformação", reforçando a transparência e a confiança nos serviços socioassistenciais.

Ampliação do ACT com ATRICON:

Ampliação do Acordo de Cooperação Técnica entre o MDS e a Associação dos Tribunais de Contas (ATRICON), com a inclusão de novas metas para o apoio junto aos conselhos municipais e acompanhamento de municípios críticos em número de denúncias. A expectativa é fortalecer o controle social e aprimorar a fiscalização das políticas sociais.

Tratativas para o ACT entre o MDS e a Polícia Federal:

Avançaram as tratativas para formalização do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MDS e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com interveniência da Polícia Federal, para gestão de riscos e combate a fraudes no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família. O acordo prevê compartilhamento seguro de informações, capacitação de equipes e desenvolvimento de tecnologias para ações preventivas e repressivas contra crimes cibernéticos, garantindo maior proteção aos dados e à integridade das políticas sociais.

Proposta de Portaria para o Fluxo de Denúncias da RFBC:

O documento estabelece procedimentos para recebimento, tratamento, classificação e tramitação de denúncias relacionadas à integridade do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, sob responsabilidade do Departamento de Resolução de Auxílios Descontinuados e Apoio à RFBC (DARE), definindo procedimentos para recebimento, análise e tratamento de denúncias relacionadas ao Cadastro Único e Bolsa Família, padronizando fluxos, critérios de relevância e articulação com órgãos de controle, garantindo transparência, proteção de dados e segurança jurídica.

100% de adesão Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único:

Até 30 de junho deste ano, foi alcançada 100% de adesão dos municípios, estados e do Distrito Federal ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único, garantindo a continuidade dos repasses, fortalecimento da gestão descentralizada e ampliação do acesso às políticas sociais.

Prêmio Simone Albuquerque do CNAS:

Foi instituída a Categoria VII do Prêmio Simone Albuquerque, proposta pela RFBC, reconhecendo experiências de articulação entre gestão local e conselhos de assistência social para aprimorar e fiscalizar a garantia do direito à segurança de renda e aos programas sociais. Quatro propostas de diferentes regiões foram premiadas durante a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, promovendo a socialização de boas práticas.

Encontro com a professora Dra. Aldaiza Sposati:

A RFBC realizou reunião com a Dra. Aldaiza Sposati, referência na área, para aprofundar discussões sobre o Plano de Ação, reforçando o compromisso com a melhoria contínua da gestão e do controle social.

Apresentação da RFBC no Fórum Interconselhos:

A Rede Federal de Fiscalização apresentou sua atuação no Fórum Interconselhos, reforçando a importância da governança participativa e do diálogo com instâncias de controle social para aprimorar a transparência e a efetividade das políticas sociais.

Chamada Pública CNPq/FNDCT/SGPR/MDS nº 17/2025 - Eixo de Apoio ao Controle Social e Garantia de Direitos:

Foi lançada a Chamada Pública CNPq/FNDCT/SGPR/MDS nº 17/2025, apresentando o eixo de Apoio ao Controle Social e Garantia de Direitos, destinada a financiar projetos que fortaleçam a participação social, a fiscalização das políticas públicas e a promoção da cidadania nos territórios. A iniciativa incentiva parcerias entre universidades, sociedade civil e gestores, priorizando metodologias participativas e ações voltadas à qualificação do SUAS, combate à desinformação e ampliação do acesso a direitos.

CONCLUSÃO

O ano de 2025 marcou um avanço expressivo na consolidação da Rede Federal de Fiscalização como instância estratégica para a governança das políticas sociais. A execução do Plano de Ação, estruturado nos eixos de prevenção, fiscalização e qualificação, permitiu ampliar a capacidade de resposta às demandas do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, garantindo maior efetividade na gestão e no controle dos recursos públicos.

Entre os resultados mais relevantes, destacam-se a realização das missões institucionais, em São Paulo e no Distrito Federal que aproximaram a Rede das realidades locais e possibilitaram diagnósticos precisos para orientar políticas públicas; a criação de protocolos para gestão de riscos e prevenção de fraudes; e o fortalecimento da participação social, por meio de ações voltadas à transparência e ao combate à desinformação. Essas iniciativas reforçam a importância da cooperação federativa e da integração entre órgãos de controle, gestão e sociedade civil.

Além disso, a atuação dos grupos técnicos contribuiu para reduzir litigiosidade, aperfeiçoar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e propor soluções para a estruturação do SUAS, consolidando um modelo de governança mais eficiente e inclusivo. A articulação com órgãos como CGU, AGU, DPU e Polícia Federal fortaleceu mecanismos de fiscalização e prevenção, assegurando maior proteção contra irregularidades e fraudes.

Por fim, os avanços alcançados em 2025 representam um passo decisivo para transformar o modelo de controle social no Brasil, tornando-o mais preventivo, transparente e centrado no cidadão. A continuidade dessas ações em 2026 será fundamental para aprofundar os resultados, ampliar a participação social e garantir que os programas sociais cumpram sua missão de promover justiça e dignidade para milhões de famílias brasileiras.

CATÁLOGO DE NOTÍCIAS

Reunião técnica reforça cooperação entre Tribunais de Contas e Cadastro Único para Programas Sociais

Reunião serviu para especialistas apresentarem conceitos, normas e procedimentos relacionados ao CadÚnico, promovendo uma base sólida de conhecimento para aprimorar o uso desse instrumento de gestão pública.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/reuniao-tecnica-reforca-cooperacao-entre-tribunais-de-contas-e-cadastro-unico-para-programas-sociais>

Fala MDS: Conheça a relevância do Bolsa Família e do Cadastro Único

As convidadas são a secretária Nacional de Renda de Cidadania, Eliane Aquino, e a secretária de Gestão da Informação e Cadastro Único, Letícia Bartholo. As duas representantes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) falam sobre o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único.

<https://soundcloud.com/mindesenvolvimento/fala-mds-conheca-a-relevancia-do-bolsa-familia-e-do-cadastro-unico-para-o-desenvolvimento-social>

Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família aprova Plano de Ação para 2025

Documento foi validado durante a primeira reunião ordinária do ano e está estruturado em três principais eixos.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/rede-federal-de-fiscalizacao-do-bolsa-familia-aprova-plano-de-acao-para-2025>

Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família é apresentada à nova procuradora-geral da União

Reunião serviu para especialistas apresentarem conceitos, normas e procedimentos relacionados ao CadÚnico, promovendo uma base sólida de conhecimento para aprimorar o uso desse instrumento de gestão pública.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/reuniao-tecnica-reforca-cooperacao-entre-tribunais-de-contas-e-cadastro-unico-para-programas-sociais>

Missão São Paulo: devolutiva aponta avanços e desafios para a assistência social

A Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e Cadastro Único se reuniu com gestões municipal e estadual, Conselhos de Assistência Social do estado e do município, movimentos sociais e representantes da sociedade civil.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/missao-sao-paulo-devolutiva-aponta-avancos-e-desafios-para-a-assistencia-social>

MDS e Polícia Federal estudam parceria para fortalecer o combate às fraudes no Cadastro Único

O aprimoramento da fiscalização e prevenção de fraudes são alguns dos eixos previstos no Plano de Ação de 2025 da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-e-policia-federal-estudam-parceria-para-fortalecer-o-combate-as-fraudes-no-cadastro-unico>

Protocolo assinado entre o MDS e a DPU promove avanços e aperfeiçoamento na governança do Programa Bolsa Família

Parceria firmada em 2024 permitiu aprimoramento de procedimentos, como acesso facilitado e maior compreensão das informações de gestão do Programa Bolsa Família por parte da DPU.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/protocolo-assinado-entre-o-mds-e-a-dpu-promove-avancos-e-aperfeiçoamento-na-governança-do-programa-bolsa-família>

Fortalecimento do Bolsa Família e do CadÚnico: Rede Federal lança Plano de Ação para 2025

A iniciativa tem como objetivo reforçar a transparência, aprimorar a fiscalização das gestões e combater fraudes.

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/fortalecimento-do-bolsa-familia-e-do-cadunico-rede-federal-lanca-plano-de-acao-para-2025>

Autoridades participam do lançamento do Plano de Ação 2025 da Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e CadÚnico nesta terça (18.03)

Evento reúne ministros, parlamentares e representantes de órgãos de controle para fortalecer estratégias de qualificação, fiscalização e prevenção a fraudes nos programas sociais.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/fala-mds-rede-de-fiscalizacao-do-bolsa-familia-e-cadunico-apresenta-plano-de-aprimoramento-dos-programas-sociais.>

Saiba o que é e como funciona a Rede Federal de Fiscalização

O consultor Jurídico do MDS, João Paulo Santos, explica como opera o colegiado, que tem como objetivo proteger as pessoas que necessitam dos programas sociais, e o Plano de Ação para 2025.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/saiba-o-que-e-e-como-funciona-a-rede-federal-de-fiscalizacao>

Plano de Ação da RFBC é debatido em reunião com a professora Dra Aldaiza Sposati

Sposati trouxe reflexões sobre os desafios e caminhos para a fiscalização e o aperfeiçoamento das políticas de transferência de renda e para a estruturação do SUAS.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/plano-de-acao-da-rfbc-e-debatido-em-reuniao-com-a-professora-dra-aldaiza-sposati>

Rede Federal realiza primeira reunião do GT para aperfeiçoamento do Benefício de Prestação Continuada

Encontro marca início de ações integradas entre órgãos para fortalecer a gestão do BPC, ampliar o controle e garantir mais transparência na política assistencial.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/rede-federal-realiza-primeira-reuniao-do-gt-para-aperfeiocoamento-do-beneficio-de-prestacao-continuada>

MDS e MGI debatem instalação de Grupo Técnico para aperfeiçoamento do BPC

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-e-mgi-debatem-instalacao-de-grupo-tecnico-para-aperfeiocoamento-do-bpc>

MDS realiza oficina sobre o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível para Gestores

O encontro reuniu membros da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, além de áreas técnicas da pasta.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-realiza-oficina-sobre-o-programa-nacional-de-protecao-e-conhecimento-sensivel-para-gestore>

Rede Federal discute estratégias para fortalecer programas sociais e ampliar o controle social

Encontro reuniu representantes de diversas instituições do Governo Federal e debateu temas como o aprimoramento do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-realiza-oficina-sobre-o-programa-nacional-de-protacao-e-conhecimento-sensivel-para-gestores>

CGU aponta desafios e melhorias para conselhos de assistência social e gestão das condicionalidades do Bolsa Família

Controladoria-Geral da União (CGU) apresentou, na quinta-feira (5.06), dois relatórios que avaliam aspectos cruciais do sistema de proteção social brasileiro. A entrega dos documentos ocorreu durante a reunião da Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e Cadastro Único, realizada no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em Brasília.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cgu-aponta-desafios-e-melhorias-para-conselhos-de-assistencia-social-e-gestao-das-condicionalidades-do-bolsa-familia#:~:text=Desenvolvimento%20Social-,CGU%20aponta%20desafios%20e%20melhorias%20para%20conselhos%20de%20assist%C3%A1ncia%20social,das%20condicionalidades%20do%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia&text=A%20Controladoria%20Geral%20da%20Uni%C3%A3o,sistema%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20social%20brasileiro.>

Podcast - Fala MDS: Rede de Fiscalização do Bolsa Família e CadÚnico apresenta plano de aprimoramento dos programas sociais

A Rede Federal de Fiscalização do Bolsa Família e do Cadastro Único atua desde 2023 na garantia da transparência, no aprimoramento e na fiscalização das gestões do Bolsa Família e do CadÚnico. Além disso, opera no combate a fraudes, fazendo com que os benefícios sociais cheguem realmente a quem mais precisa deles. Neste mês de março, a Rede lançou o Plano de Ação para 2025, com reforço dos eixos de atuação, com a definição de novas ações e ainda a

instalação de mais um Grupo de Trabalho dedicado exclusivamente ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

<https://open.spotify.com/episode/1FI4YhBLY3ztsBSPrIMnOn?si=jzLtTiLMR7Ss-NYAN-rG7Vw&nd=1&dlsi=828b50dc277041c3>

Podcast - Fala MDS: Portaria atualiza normas de Regra de Proteção do Programa Bolsa Família

A empregabilidade em alta no país motivou o Governo Federal a rever as normas e atualizar a Regra de Proteção, que é uma segurança para beneficiários do Bolsa Família que tem aumento de renda pelo emprego formal ou pelo empreendedorismo.

<https://open.spotify.com/episode/3jyrHjEaX5yxwpu517c88X>

Podcast – Fala MDS: Novo Cadastro Único desburocratiza a relação do cidadão com o Estado

O secretário de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, Rafael Ossorio, é taxativo: o novo CadÚnico desburocratiza a relação do cidadão com o Estado. Em entrevista ao Fala MDS, ele apontou outras melhorias advindas com a reformulação.

<https://podcasts.apple.com/us/podcast/novo-cadastro-%C3%BAnico-desburocratiza-a-rela%C3%A7%C3%A3o-do/id1739838997?i=1000703915765>

Rede Federal de Fiscalização promove diálogo entre o Governo do Brasil e usuários do SUAS no DF

Diálogo direto com a população reforça o compromisso do MDS com a transparência e fiscalização das políticas de assistência social.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/rede-federal-de-fiscalizacao-promove-dialogo-entre-o-governo-do-brasil-e-usuarios-do-suas-no-df>

Fala MDS esclarece sobre as notícias falsas a respeito do Bolsa Família

Fake news sobrecarregam o Sistema Único de Assistência Social e podem gerar filas nos CRAS, desinformação e prejudicar quem precisa do benefício.

<https://agenciagovebc.com.br/noticias/202509/fala-mds-esclarece-sobre-as-noticias-falsas-a-respeito-do-bolsa-familia>

Rede Federal de Fiscalização reforça compromisso com a política de assistência social no Distrito Federal

Missão Brasília integram o Plano de Ação 2025 da RFBC, que busca ampliar sua presença nos territórios, promover diálogo, garantir a integridade dos dados e a correta focalização do Bolsa Família e do Cadastro Único.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/rede-federal-de-fiscalizacao-reforca-compromisso-com-a-politica-de-assistencia-social-no-distrito-federal>

Reunião da Rede Federal de Fiscalização aborda integração de políticas, reconhecimento de experiências e ações

Além da Missão Distrito Federal, encontro foi palco da apresentação das inscrições recebidas na categoria da Rede para o Prêmio Simone Albuquerque.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/reuniao-da-rede-federal-de-fiscalizacao-aborda-integracao-de-politicas-reconhecimento-de-experiencias-e-acoes-de-fiscalizacao>

Rede Federal de Fiscalização aprova balanço anual e consolida avanços em 2025

Relatório apresenta os resultados das seis ações do Plano de Ação 2025, estruturado nos eixos de prevenção, fiscalização e qualificação.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/rede-federal-de-fiscalizacao-aprova-balance-anual-e-consolida-avancos-em-2025>

MDS assina acordo com Atricon para intercâmbio de dados do Cadastro Único

O Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS) firmou um acordo de cooperação técnica com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, realizado em Florianópolis, capital de Santa Catarina, na tarde desta quarta-feira (3.12).

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-assina-acordo-com-a-attricon-para-intercambio-de-dados-do-cadunico>

MDS lança cartilhas contra fake news sobre o Bolsa Família

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) lançou, nesta segunda-feira (8.12), duas cartilhas e um cartaz para combater a desinformação sobre o Programa Bolsa Família. O material, intitulado: "SUAS contra desinformação" e "Desinformação no Bolsa Família e no Cadastro Único: não caia nessa!", foi apresentado durante a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social.

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-lanca-cartilhas-contra-fake-news-sobre-o-bolsa-familia-durante-conferencia-nacional>

AGRADECIMENTOS

MEMBROS DA REDE FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO (RFBC)

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS):

Secretaria –Executiva (SE)

- João Paulo de Faria Santos, Coordenador da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único e Consultor Jurídico do MDS;
- Érica Feitosa Coelho Marinho de Andrade, Coordenadora Suplente da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único e Diretora do Departamento de Resolução de Auxílios Descontinuados e Apoio à Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)

- Márcio Fernandes Maurício, Diretor do Departamento de Operação;
- Edson Moreira Lima, Gerente de Projeto

Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)

- Clara Carolina de Sá, Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social;
- Elias de Sousa Oliveira, Diretor do Departamento de Proteção Social Básica.
- Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)
- Márcio Fernandes Maurício, Diretor do Departamento de Operação;
- Edson Moreira Lima, Gerente de Projeto.

Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD)

- Tallyta de Oliveira Pereira Cardoso Drummond, Coordenadora-Geral no Gabinete da SAGICAD;
- Andrei Suarez Dillon Soares, Chefe de Gabinete da SAGICAD

Advocacia-Geral da União (AGU)

- André Augusto Dantas Motta Amaral, Consultor-Geral da União;
- Raphael Ramos Monteiro de Souza, Procurador Nacional da União de Defesa da Democracia da Advocacia-Geral da União (AGU)..

Controladoria-Geral da União (CGU)

- Eliane Viegas Mota, Diretora de Auditoria de Previdência e Benefícios;
- Elias Fernandes de Oliveira, Gerente de Projetos na Diretoria de Auditoria de Previdência e Benefícios.

Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)

- Tatiana de Souza Santos, Chefe da Assessoria Especial de Economia Solidária;
- Fátima Cleide Rodrigues da Silva, Assessora Técnica.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

- Norberto Montani Martins, Assessor Especial – Gabinete da Ministra;
- Marcelo Dias da Costa, Gerente de Projeto – Gabinete da Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES).

INDICADOS ESPECIAIS

- José Arimatéia de Oliveira, Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Coordenador do Grupo Técnico 2 - Orçamento, Fiscalização e Estruturação do SUAS;
- Walter Shiguero Emura, Diretor do Departamento de Gestão Contratual e Financeira, Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único;
- Liomar Leite Lima, Diretor de Operação, Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único;
- Francis da Silva Magalhães, Coordenador-Geral de Gestão de Risco do Cadastro Único, Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único;
- Clarice Costa Calixto, Procuradora-Geral da União, Advocacia-Geral da União;

- Itanamara Guedes Cavalcanti, Diretora de Condicionalidades da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;
- Adelina Almeida Moreira de Araújo, Assessora da Secretaria Nacional de Participação Social, da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Assessora Especial da Ministra, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- Renan Mendes Gaya Lopes Santos, Diretor do Departamento de Infraestrutura de Dados Públicos, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- Ed William Fuloni Carvalho, Defensor Público Federal.

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DA RFBC:

- Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)
- Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD/MDS)
- Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM/MDS)
- Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/MDS)
- Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR/MDS)
- Casa Civil da Presidência da República (CC/PR)
- Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)
- Defensoria Pública da União (DPU)
- Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV)
- Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS/MDS)
- Instituto Nacional do Seguridade Social (INSS)
- Ministério da Fazenda (MFAZ)
- Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)
- Ouvidoria-Geral (OUV/MDS)
- Polícia Federal (PF)
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

- Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR)
- Secretaria Nacional de Cuidados e Família (SNCF/MDS)
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
- Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)
- Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA/MDS)
- Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPOG/MDS)

EQUIPE DE APOIO À REDE FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO

- Jaira da Silva Magalhães
- Adda Luisa de Melo Sousa
- Anayara Raissa Pereira de Souza
- Aglailton da Silva Bezerra
- Renato Cardozo Álvares Castro
- Kelma Mariana Espíndola de Souza
- Graziela de Melo Mantovaneli
- Mayara Machado Bezerra de Souza Pais
- César Tales Moura Lima
- Eduardo Melo Loiola
- Élen Caldas
- Loyanne de Araújo Freire Nascimento

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

